



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul  
Brasil

Correia, Adriano

Uma ética da responsabilidade pessoal

Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 593-596

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134653657011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Uma ética da responsabilidade pessoal

*An ethics of personal responsibility*

*Una ética de la responsabilidad personal*

Adriano Correia\*

### RESENHA DE:

**ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2015.**

Quando Hannah Arendt informou a Karl Jaspers, bem no início dos anos 1960, que acompanharia como repórter o julgamento de Adolf K. Eichmann em Jerusalém, ele, com zelosa clarividência, buscou desestimulá-la, pois dizia antever problemas na empreitada. Não obstante, Arendt acabou por acompanhar o julgamento e, algum tempo depois, relatá-lo em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. O livro provocou polêmicas várias e uma repercussão amplamente negativa nas comunidades judaicas de diversas partes (principalmente nos EUA e na Europa) e entre os intelectuais seus contemporâneos, muitos deles amigos de remota data.

Com sua caracterização de Eichmann como um palhaço irreflexivo, ela teria diminuído a estatura do dano às vítimas; com a indicação da cooperação de parte da liderança judaica, teria criminalizado as vítimas e as tornado corresponsáveis por seu

próprio extermínio; por sua crítica a vários aspectos procedimentais e legais, havia destituído o Estado nacional que representava os judeus do mundo da legitimidade para julgar seus algozes; ao associar a conduta de Eichmann e de muitos como ele à noção de banalidade do mal, teria trivializado os eventos e os privado de sua pungência e singularidade.

Ante a miríade de objeções, Arendt inicialmente decidiu-se por silenciar-se sobre a polêmica quase por completo, com exceção das reformulações realizadas na segunda edição da obra e da correspondência com seus amigos e também com alguns dos sobreviventes do extermínio que se sentiram ofendidos por seu relato. Jaspers persistiu sendo um interlocutor privilegiado e foi em grande medida na discussão epistolar com ele que ela aos poucos se apercebeu da relevância moral da expressão “banalidade do mal”, a qual durante certo tempo ela insistiu em compreender apenas como a descrição de um fenômeno. Passado o turbilhão

\* Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

inicial em torno do livro, sobreviveu, entretanto, a discussão em torno da noção de “banalidade do mal”, da qual ela tratou de extrair as implicações filosóficas já em palestras e cursos de meados da década de 1960, nos quais os conceitos de “pensamento” e de “responsabilidade” adquirem papel fundamental.

Amainado o alarido e dissipadas as incompreensões propagadas pelos que, nas palavras de Arendt, combatiam um livro que não leram e que ela não havia escrito, restaram, não obstante, uma série de questões que vinculavam decisivamente este evento a problemas fundamentais da história do pensamento moral e político: o que é o mal? Como agir bem? A responsabilidade pessoal harmoniza-se com a responsabilidade política? Em que consiste a personalidade moral? Qual a relação entre mal e tentação? É possível um mal não radical? É possível ser mau sem ter um “coração maligno” ou motivos pervertidos? O mal pode ao mesmo tempo ser gigantesco e superficial?

O fenômeno da banalidade do mal, para o qual o tipo Eichmann operava como uma metáfora precisa, foi o início da trilha percorrida por Arendt na tentativa de responder a estas questões, à margem de uma tradição cuja falência foi evidenciada, nesse particular, em sua incapacidade de fornecer respostas a estas questões. A tradição, na verdade, era parte do problema, na medida em que não havia concebido, com raras exceções, fenômenos como o querer o mal pelo mal e o mal desencadeado pela assimilação irrefletida à normalidade.

Já a partir de 1964, ano da segunda edição de *Eichmann em Jerusalém*, até *A vida do espírito*, publicada postumamente em 1978, Arendt empreende uma vasta incursão por questões morais que se desdobraram do julgamento e da polêmica em torno do livro, algumas delas mencionadas acima. Esse material inclui uma série de textos que permaneceram inéditos até sua morte, em 1975, boa parte deles gravitando em torno da questão sobre se o pensamento pode evitar o mal e, caso possa, como. Esta questão se desdobrava da hipótese, desenvolvida no livro-reportagem, de que para compreender a participação de Eichmann no extermínio era necessário ter em mente que seu traço de caráter mais notável era sua conspícua incapacidade de pensar, no sentido de dialogar consigo mesmo e de situar-se, pela imaginação, no ponto de vista de outrem.

Vários dos esforços de Arendt por lidar com esses problemas estão registrados nos textos coligidos nas obras póstumas *Responsabilidade e julgamento* (na qual encontramos textos fundamentais, como o curso “Algumas questões de filosofia moral”) e *A vida do*

*espírito*. Muitos textos importantes ainda permanecem inéditos, como as anotações do curso “Proposições morais fundamentais” (“Basic moral propositions”), ministrado em 1966. A trilha que segue de *Eichmann em Jerusalém* a *A vida do espírito* demarca também o percurso fundamental da obra *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*, de Bethania Assy, que acaba de ser publicada em português pela editora Perspectiva, com o prefácio original de Agnes Heller e outro concebido por Celso Lafer especialmente para a edição em português. A autora, que é doutora em filosofia pela New School for Social Research, participou da edição da obra *Responsabilidade e julgamento* em inglês e fez a introdução à edição brasileira da mesma – introdução que, junto a este seu novo livro, constitui o material mais inspirador em língua portuguesa para pensar as questões morais na obra de Hannah Arendt.

Publicado originalmente em inglês na Alemanha em 2008 com o título *Hannah Arendt – an ethics of personal responsibility*, a obra foi traduzida para o português pela própria autora, que realizou várias modificações no texto, alguma atualização bibliográfica e reestruturou parcialmente a divisão em capítulos (excluindo, por exemplo, o capítulo “Private faces in public places – an ethics of personal responsibility”, tema já abordado pela autora em outro texto já publicado, a introdução à edição brasileira de *Responsabilidade e julgamento*). Afora reelaborações menores, o espírito da obra permanece, não obstante, o mesmo: trata-se de enfatizar a centralidade da noção de responsabilidade pessoal e seu estreito vínculo com uma ética da aparência e da visibilidade, para as quais as atividades da vida do espírito são decisivas. Como a autora estabelece na introdução, “uma ética da responsabilidade pessoal está ligada à visibilidade de nossas ações e opiniões articuladas publicamente, que, por sua vez, estão associadas ao cultivo de um ethos público” (ASSY, 2015, p. xxxiv).

Dos cinco capítulos do livro, três são dedicados à análise das atividades espirituais – as atividades do pensamento, da vontade e do juízo –, a partir principalmente de como são examinadas por Arendt em *A vida do espírito*, mas também em textos preliminares, muitos inéditos, dos anos 1960 e 1970. O primeiro capítulo é dedicado à contextualização do julgamento de Eichmann, da análise de Arendt e das implicações morais correspondentes – notadamente a descrição do mal perpetrado por Eichmann como uma nova manifestação do mal na moral e na política, um mal “trivial, burocrático e cotidiano” (ASSY, 2015, p. 12), que demandaria uma nova “gramática ética na política”.

O segundo capítulo examina o que a autora nomeia como “uma ética da responsabilidade pessoal calcada na aparência” (p. 27) para a qual são fundamentais as noções de pluralidade e de visibilidade, fundadas na condição de mulheres e homens como seres do mundo em meio a seus pares, que dão a ver a si próprios, suas singularidades, na medida mesma em que atuam e falam. O terceiro capítulo analisa as implicações práticas (morais e políticas) do exercício da atividade do pensamento. A experiência primordial da atividade é justamente a de experimentar a si mesmo como parceiro de uma interação, a qual possui desdobramentos nada negligenciáveis: a figuração interior da condição humana da pluralidade (ASSY, 2015, p. 81-82); e a exigência de consistência consigo mesmo; a experiência da própria companhia como a de uma incontornável testemunha da ação; a escolha de companhia, o zelo pela integridade do si-mesmo e a definição de com que outro desejo ou consigo viver (ASSY, 2015, p. 103-104). Para Arendt, como bem nota Bethania Assy, em vista destes desdobramentos, o pensamento pode evitar o mal ao menos na medida em que, ao exigir que eu não me torne uma má companhia para mim mesmo, cria obstáculos à perpetração do mal.

Não obstante, não se constitui uma filosofia moral ou uma ética da responsabilidade e da visibilidade apenas com o dizer não. Seu caráter afirmativo desenrola-se da “face interna da ação”, da atividade da vontade e de seu dizer sim ou não, de seu decidir-se pela ação ou pela inação. Desse modo, redime-se da inquietude agonística que preside esse próprio processo de decisão e é fonte da potência da vontade mesma. Como observa Bethania Assy, em seu terceiro capítulo, para Arendt a vontade opera como uma espécie de pré-condição para a ação, em sua capacidade de afirmar ou negar a existência.

Trata-se ainda de buscar definir a forma como cada um aspira conformar, na medida das suas capacidades sempre contingentes, um projeto do *quem* que se dá a ver no espaço da aparência, de modo que a vontade, “em certo sentido, cria a *pessoa* que pode ser reprovada ou elogiada, ou, de qualquer modo, que pode ser responsabilizada não somente por suas ações, mas por todo o seu ‘Ser’, seu caráter” (ARENDT, apud ASSY, 2015, p. 133). O vínculo de tais considerações com as questões iniciais colocadas pelo tipo Eichmann, em sua recusa a tornar-se pessoa, mostra-se bastante estreito. Mediante a vontade, eu me vinculo ao meu projeto de companhia para mim mesmo e assim não apenas me reconheço no projeto que deslindo em minhas decisões, mas também me responsabilizo pelo que enfim me torno, não obstante minha não-soberania sobre mim mesmo.

Por fim, Bethania Assy detém-se sobre a atividade de julgar e sobre sua capacidade de – ao apelar para o *sensus communis* como um sentido comunitário – nos vincular a uma comunidade por meio da imaginação, do sair em visita a perspectivas outras e várias. Por esta capacidade, o juízo promove sempre o alargamento da nossa mentalidade e nossa aptidão para imaginar exemplos operativos na definição de nossa perspectiva sobre o certo e o errado, o belo e o feio. Também na atividade de julgar a responsabilidade pessoal é proeminente: trata-se não apenas de julgar tomando os demais envolvidos em consideração, mas ainda da coragem de afirmar a dignidade dos particulares e de avalia-los sem dissolvê-los em generalizações uniformizadoras.

Nesse movimento duplo é importante não apenas a imaginação, que deve ser treinada para sair em visita a perspectivas várias, mas – e isto é singular na abordagem de Bethania Assy – o “cultivo de sentimentos públicos” (ASSY, 2015, p. 182-183), sem o qual o julgamento teria enfraquecida sua capacidade de julgar em um contexto de pluralidade. Ao julgar, vinculo-me aos outros e ao mundo e ao mesmo tempo respondo por minhas valorações, de modo análogo a como respondo pelo que desencadeio por meio da ação – também aqui, por isto mesmo, a coragem permanece como uma proeminente virtude.

Em sua obra, Bethania Assy enfrenta as dificuldades levantadas por Arendt com perspicácia, sutileza e erudição, evidenciando as articulações entre considerações muitas vezes esparsas e inacabadas, e frequentemente fragmentárias e precárias. A autora estabelece com a obra de Arendt um diálogo que ultrapassa em muito o âmbito da exegese, sem, todavia, negligenciá-lo. O esforço interpretativo levado a cabo expõe com franqueza e precisão o caráter provisional das análises de Arendt, assim como a pungência dos problemas que ela não temeu levantar, mesmo e principalmente quando se viu em dificuldades para encaminhar respostas.

Em vista disto, cabe reiterar, a obra que ora analisamos ao mesmo tempo articula as investigações morais de Arendt por meio do privilegiado fio condutor da responsabilidade pessoal e avança em trilhas que Arendt não percorreu, ainda que para elas tenha acenado. É, assim, uma obra fundamental nos estudos sobre o tema, e também por isto vale mencionar que, a despeito de não afetar minimamente seu mérito filosófico, é imperiosa uma revisão do texto nas várias edições que deverão se seguir a esta primeira para corrigir diversos problemas, principalmente de digitação.

Talvez, do ponto de vista pessoal, o zelo de Jaspers pudesse ajudar a preservar Arendt de vários dissabores decorrentes da recepção hostil a seu livro-reportagem sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém. Estudos como este revelam, todavia, a vitalidade e a capacidade de inspiração de suas análises no sentido da concepção de uma filosofia moral vigorosa e vinculante em um contexto de emancipação de uma transcendência pressuposta e celebrada até há muito pouco tempo em filosofia moral e também de desvinculação da niilista nostalgia do absoluto que se seguiu a ela. Na dignidade da singularidade e da pluralidade humanas Arendt encontra pródigas fontes para a excelência moral e para a responsabilidade pessoal, como primorosamente fez notar Bethania Assy.

## Referências

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Trad. Antonio Abranches e outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. Trad. R. Eichenberg. Rev. Téc. Bethania Assy e André Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASSY, Bethania. *Hannah Arendt: an Ethics of personal responsibility*. Frankfurt: Peter Lang, 2008.

Recebido: 24 de fevereiro de 2017

Aprovado: 04 de março de 2017

## Autor/Author:

ADRIANO CORREIA [correiaadriano@yahoo.com.br](mailto:correiaadriano@yahoo.com.br)

- Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG). É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Doutor em Filosofia pela Unicamp. Autor de *Hannah Arendt* (ZAHAR, 2006) e *Hannah Arendt e a modernidade – política, economia e a disputa por uma fronteira* (Forense Universitária, 2014). Pesquisa e ensina nas áreas de filosofia política, ética e filosofia do direito.
- Professor of the Faculty of Philosophy at Universidade Federal de Goiás (UFG). CNPq Research Productivity Fellow in Philosophy. PhD in Philosophy from Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Author of *Hannah Arendt* (ZAHAR, 2006) and *Hannah Arendt e a modernidade – política, economia e a disputa por uma fronteira* (Forense Universitária, 2014). Research interests: Political Philosophy, Ethics and Philosophy of Law.